



CONTROLE INTERNO

**ASSUNTO: RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
EXERCÍCIO 2022.**

**RESPONSÁVEL: JERRIANE PEREIRA SALGADO –
PERÍODO DE:**

01/01/2022 A 31/12/2022.

I- RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

1.1- Tratam os presentes autos do relatório da Prestação de Contas do

Exercício financeiro de 2022, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Seringueiras, sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentaria, operacional, e patrimonial do Tribunal de Contas realizada pela Diretora Executiva **Sra. JERRIANE PEREIRA SALGADO** em cumprimento ao disposto na Constituição Federal, Instrução Normativa nº 013/04 TCER, e Lei Complementar nº 101/00.

2 - DAS PEÇAS E DOCUMENTOS QUE COMPÕE A PRESTAÇÃO DE CONTAS.

2,1 Além deste relatório do Controle Interno, a presente prestação de contas, em observância da Instrução Normativa n.º. 065/2019-TCE-RO e demais normas vigentes, vai acompanhado dos seguintes Anexos, demonstrativos e/ou documentos:

**RELAÇÃO DOS RELATÓRIOS E DOCUMENTOS A SEREM
TRANSMITIDOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO –
EXERCÍCIO 2022:**

Item	Relatórios e Documentos	Critério	Situação: SIM/NÃO
01	Balanço Orçamentário Consolidado - Anexo 12 da Lei nº 4.320/64; a) Quadro Principal; b) Quadro da Execução de Restos a	Normas Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) –	SIM



CONTROLE INTERNO

Pagar Não Processados; c) Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados; d) Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário deverão conter, ao menos: <i>a. o regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado;</i> <i>b. o período a que se refere o orçamento;</i> <i>c. as entidades abrangidas;</i> <i>d. o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante;</i> <i>e. o detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário);</i> <i>f. a utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário;</i> <i>g. as atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária;</i> <i>h. o procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente;</i> <i>i. o detalhamento dos “recursos de exercícios anteriores” utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao</i>	do Setor Público); Portaria STN/SOF nº 06/2018; Portaria STN nº 877/2018 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª Edição); e IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário.	
--	---	--

	 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS SERINGUEIRAS- RO. CNPJ/MF nº 14.555.818/0001-85 CONTROLE INTERNO <i>RPPS e outros com destinação vinculada; j. conciliação com os valores dos fluxos de caixa Líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.</i>		
02	Balanço Financeiro Consolidado - Anexo 13 da Lei nº 4.320/64: a) Quadro principal; e b) Notas Explicativas ao Balanço Financeiro deverão conter ao menos: ☐ política de contabilização das retenções; e ajustes relacionados às retenções, bem como outras operações que impactem significativamente o Balanço Financeiro.	Normas Brasileira de Contabilidade (NBC TSP – do Setor Público); Portaria STN/SOF nº 06/2018; Portaria STN nº 877/2018 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª Edição); e IPC 06 - Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro.	SIM



CONTROLE INTERNO

03	Balanço Patrimonial Consolidado - Anexo 14 da Lei nº 4.320/64: a) Quadro Principal; b) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; c) Quadro das Contas de Compensação; d) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro; e) Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial, em função da dimensão e da natureza dos valores envolvidos nos ativos e passivos, recomenda-se o detalhamento das seguintes contas: ☐ Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo, em especial, a dívida ativa evidenciando no mínimo: a composição da dívida por exercício financeiro; demonstração dos valores inscritos no exercício à título de principal, as taxas, os juros e multas; e bem como os valores	Normas Brasileira de Contabilidade (NBC TSP – do Setor Público); Portaria STN/SOF nº 06/2018; Portaria STN nº 877/2018 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª Edição); IPC 03 – Encerramento de Contas Contábeis no PCASP; e	SIM
----	--	---	-----

	arrecadados e cancelados no exercício; ☐ Imobilizado; ☐ Intangível; ☐ Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo; ☐ Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo; ☐ Políticas de depreciação, amortização e exaustão e demais políticas contábeis relevantes; e ☐ Demais elementos patrimoniais, quando relevantes.	IPC 04 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial.	
--	---	---	--



CONTROLE INTERNO

04	Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada - Anexo 15 da Lei nº 4.320/64; a) Quadro principal; e b) Notas Explicativas a Demonstração das Variações Patrimoniais, evidenciarão os itens que compõem as VPA e as VPD que forem relevantes. Algumas circunstâncias poderão ser apresentadas em notas explicativas, ainda que seus valores não sejam relevantes, por exemplo: ☐ Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado; ☐ Baixas de investimento; e ☐ Constituição ou reversão de provisões.	Normas Brasileira de Contabilidade (NBC TSP – do Setor Público); Portaria STN/SOF nº 06/2018; Portaria STN nº 877/2018 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª Edição); IPC 03 – Encerramento de Contas Contábeis no PCASP; e IPC 05 - Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais	SIM
05	Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada - Anexo 18 da Lei nº 4.320/64; a) Quadro Principal; b) Quadro de Receitas Derivadas e Originárias; c) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas; d) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função;	Normas Brasileira de Contabilidade (NBC TSP – do Setor Público); Portaria STN/SOF nº 06/2018; Portaria STN nº 877/2018	SIM



CONTROLE INTERNO

	e) Quadro de Juros e Encargos da Dívida; e f) Notas Explicativas a Demonstração dos Fluxos de Caixa evidenciará os itens que compõem os fluxos de caixa que forem relevantes. O ente deverá divulgar os saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa mantidos pelo ente, mas que não estejam disponíveis para uso imediato. As circunstâncias da indisponibilidade desses recursos envolvem, por exemplo, restrições legais ou controle cambial;	(Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª Edição); e IPC 08 - Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa.	
06	Relatório sobre as atividades desenvolvidas no período, no qual deverá ser incluído exame comparativo em relação aos últimos três exercícios, em termos qualitativos e quantitativos, das ações planejadas na Lei do Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária anual, e das ações efetivamente realizadas;	Artigo 15, inciso III, alínea a, da Instrução Normativa nº 013/2004/TCERO PDF	SIM
07	Qualificação do responsável (anexo TC28);	Artigo 15, inciso III, alínea b, da Instrução Normativa nº 013/2004/TCERO PDF	SIM
08	Prova de publicação dos balanços em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação no Município;	Artigo 15, inciso III, alínea c, da Instrução Normativa nº 013/2004/TCERO	SIM
09	Prova da publicação em Diário Oficial da relação nominal dos servidores ativos e inativos ao final do exercício;	Artigo 15, inciso III, alínea d, da Instrução Normativa nº 013/2004/TCERO PDF	SIM
10	Relação dos restos a pagar, discriminadamente por Poder,	Artigo 15, inciso III, alínea	SIM



CONTROLE INTERNO

	Órgão ou Unidade, evidenciando cada credor, a fonte de recursos e destacando a situação: se processado ou não (anexos TC-10 A e TC-10 B);	e, da Instrução Normativa nº 013/2004/TCERO PDF	
11	Inventário do estoque em almoxarifado (anexo TC-13)	Artigo 15, inciso III, alínea f, da Instrução Normativa nº 013/2004/TCERO PDF	SIM
12	Inventário físico-financeiro dos bens móveis (anexo TC-15)	Artigo 15, inciso III, alínea g, da Instrução Normativa nº 013/2004/TCERO PDF	SIM
13	inventário físico-financeiro dos bens imóveis (anexo TC-16);	Artigo 15, inciso III, alínea h, da Instrução Normativa nº PDF	SIM
14	Quadro demonstrativo das alterações orçamentárias (anexo TC-18);	Artigo 15, inciso III, alínea i, da Instrução Normativa nº 013/2004/TCERO PDF	SIM
15	Demonstrativo sintético das contas componentes do ativo permanente (anexo TC-23)	Artigo 15, inciso III, alínea l, da Instrução Normativa nº 013/2004/TCERO PDF	SIM
16	Relação dos devedores inscritos na dívida ativa;	Artigo 15, inciso III, alínea m, da Instrução Normativa nº 013/2004/TCERO PDF.	SIM



CONTROLE INTERNO

17	Demonstrativo das obras realizadas não incorporáveis ao patrimônio (anexo TC-25)	Artigo 15, inciso III, alínea o, da Instrução Normativa nº 013/2004/TCERO PDF	SIM
18	qualquer irregularidade Relatório e certificado de auditoria, com o parecer do dirigente do órgão de controle interno, que consignará ou ilegalidade constatada, indicando as medidas adotadas para corrigir as faltas encontradas	Artigo 15, inciso III, do Regimento Interno (Resolução Administrativa nº 005/TCER-96) PDF	SIM

A análise do período em referência foi procedida pelos Técnicos desta controladoria interna, através de exame de consistência dos documentos e informações, objetivo dos resultados constantes no balanço nos seus relatórios e suas demonstrações contábeis, bem como os anexos complementares.

3- RELATÓRIO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022. (LEI Nº 4.320/64).

4 – DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O Orçamento Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de SERINGUEIRAS foi aprovado pela Lei Municipal n.º 1593/2021, de 17/12/2021, fixando a despesa para o exercício de 2022 no montante de **R\$ 7.000.000,00**(milhões de reais).

4.2- De acordo com o Anexo 02 - Resumo Geral da Receita e Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, a receita arrecadada atingiu o montante de R\$ 8.260.996,65 (oito milhões duzentos e sessenta e mil novecentos e noventa e seis reais e sessenta e cinco centavos), apresentando em relação à orçada um **(SUPERÁVIT)** no montante de R\$ 1.260.996,65 (Um milhão duzentos e sessenta mil novecentos e noventa e seis reais e sessenta e cinco centavos).



CONTROLE INTERNO

5 – DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS

5.1. - De acordo com a movimentação Orçamentária do exercício, os créditos autorizados foram os seguintes:

DOTAÇÃO INICIAL	R\$ 7.000.000,00
(+) CRÉDITOS SUPLEMENTARES	R\$ 186.000,00
(+) CRÉDITOS ESPECIAIS	R\$ 0,00
(+) REFORM. ADMINISTRATIVAS	
R\$ 0,00	
(-) ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$ 186.000,00
(-) REFORM. ADMINISTRATIVAS	R\$ 15.000,00
(=) DESPESA AUTORIZADA	R\$ 7.000.000,00
(-) DESPESA EMPENHADA	R\$ 2.395.266,27
(=) SALDO DE DOTAÇÃO	R\$ 675.009,73
RESERVA DO RPPS	R\$ 3.929.724,00

5.2.- A movimentação acima demonstrada consta também do Quadro Demonstrativo de Alterações Orçamentárias - TC -18.

6- DA DESPESA REALIZADA

6.1.- A Despesa Realizada correspondeu ao montante de R\$ 2.395.266,27 (Dois milhões trezentos e noventa e cinco mil duzentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos).

7. - DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

7.1.- As despesas por Categorias Econômicas realizadas no exercício estão assim demonstradas:

Categorias	Valor	% em relação ao total
CORRENTES	2.395.266,27	100,0
Despesas Correntes	2.395.266,27	100,00
CAPITAL	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL	2.395.266,27	100,00



CONTROLE INTERNO

7.2- Do total da despesa, as Despesas Correntes representam 100,00% e as Despesas de Capital representam 0,00%.

8. DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

8.1. O comportamento da execução orçamentária foi o seguinte:

Especificação	Valores em R\$
1. Receita Orçada	7.000.000,00
2. Receita Arrecadada	8.260.996,65
3- Diferença (1-2=3) (+/-)	1.260.996,65
4. Despesa Autorizada	7.000.000,00
5. Despesa Realizada	2.395.266,27
6. Diferença (4-5=6) (+/-)	4.604.733,73

8.2- - Com base no Balanço Orçamentário apresentado pelo Instituto de Previdência Social de Servidores de SERINGUEIRAS, o confronto entre a Receita Arrecadada e Despesa Realizada, resultou no superávit de execução orçamentária da ordem de R\$ 5.865.730,38 (cinco milhões oitocentos e sessenta e cinco mil setecentos e trinta reais e trinta e oito centavos).

Objetivo: Verificar a consistência das informações orçamentárias

Teste da previsão e dotação inicial Balanço Orçamentário	Valor (R\$)
1. Receita Estimada na LOA (Balanço Orçamentário RREO)	7.000.000,00
2. Previsão Inicial da Receita no Balanço Orçamentário	7.000.000,00
3. Resultado (1-2) Confere? 0 = Sim (consistência) / Outros valores = Não (inconsistência)	0,00
4. Despesa fixada na LOA (Balanço Orçamentário RREO)	7.000.000,00
5. Dotação Inicial no Balanço Orçamentário	7.000.000,00
6. Resultado (4-5) Confere? 0 = Sim (consistência) / Outros valores = Não (inconsistência)	0,00



CONTROLE INTERNO

Objetivo: Verificar a consistência do saldo de dotação atualizada no Balanço Orçamentário.

Nota: A diferença de R\$ 3.929.724,00 refere-se a RESERVA DO RPPS, conforme modelo do Balanço Orçamentário definido pela STN.

9– DO BALANÇO FINANCEIRO

Teste de consistência da dotação atualizada	Valor (R\$)
1. Dotação inicial (LOA)	7.000.000,00
2. Fonte de Recurso de Créditos Adicionais (TC-18)	186.000,00
3. Anulações de dotação (TC-18)	186.000,00
4. Dotação Atualizada apurada (1+2-3)	7.000.000,00
5. Dotação Atualizada (Balanço Orçamentário)	3.070.276,00
3. Resultado (4-5) Confere? 0 = Sim (consistência) / Outros valores = Não (inconsistência)	3.929.724,00



CONTROLE INTERNO

- DO BALANÇO FINANCEIRO

8.3- O saldo para o exercício seguinte disponível em Caixa e

Especificação	Valores em R\$
Saldo do Exercício Anterior:	27.471.571,87
Caixa e Equivalentes de Caixa	117.542,73
Investimentos e Aplicações temporárias	27.354.029,14
(+) Ingressos:	
Receita Orçamentária Transf.	8.260.996,65
Financeira recebida Restos a	0,00
Pagar Inscritos.	6.065,58
Valores restituíveis	266.684,83
Depósitos	0,00
Outras Operações	0,00
Realizável	8.637,34
TOTAL	36.013.956,27
(-) Dispêndios:	
Despesas Orçamentárias	2.395.266,27
Restos a Pagar Pagos/Cancelados	284,25
Serviços da Dívida a Pagar-Pagamento	0,00
Valores restituíveis	266.684,83
Depósitos	0,00
Outras Operações	553.632,79
Realizável	8.637,34
SUBTOTAL	3.224.505,48
(=) Resultado	
Saldo para o exercício seguinte	32.789.450.79
Caixa e Equivalentes de Caixa	170.306,33
Investimentos e Aplicações temporárias TOTAL	32.619.144,46
	36.013.956,27

8.4 - Equivalentes de Caixa, representando o valor de R\$ 170.306,33 (cento e setenta mil trezentos e seis mil e trinta e três centavos), e na conta Investimentos e Aplicações Temporárias a curto prazo representando R\$ 32.619.144,46 (trinta e dois milhões seiscentos e dezenove mil cento e quarenta e quatro mil e quarenta e seis centavos) corresponde ao valor registrado no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial - Anexo 14 da 4.320/64.



CONTROLE INTERNO

Objetivo: Verificar a consistência da conta de disponibilidade (Caixa e Equivalente de Caixa)

Teste de saldo da conta Caixa e Equivalente de Caixa	Valor (R\$)
1. Receita Arrecadada (Balanço Orçamentário)	8.260.996,65
2. Despesas Pagas (Balanço Orçamentário)	2.389.200,69
3. Transferências Financeiras Recebidas + recebimentos Extra orçamentários (Balanço Financeiro)	281.387,75
4. Inscrição de Restos a Pagar (Balanço Financeiro)	6.065,58
5. Transferências Financeiras Concedidas + pagamentos Extra orçamentários (Balanço Financeiro)	829.239,21
6. Variação da disponibilidade decorrente da execução orçamentária (1-2)	5.871.795,96
7. Variação da disponibilidade decorrente da execução extra orçamentária (3-4-5)	-553.917,04
8. Variação do período apurada (6+7)	5.317.878,92
9. Saldo Inicial de Caixa e Equivalente de Caixa (SF do Balanço Patrimonial do exercício anterior)	117.542,73
10. Saldo Final de Caixa e Equivalente de Caixa apurado (9+8)	5.435.421,65
11. Saldo Final de Caixa e Equivalente de Caixa demonstrado no Balanço Patrimonial	170.306,33
12. Resultado (10-11) Confere? 0 = Sim (consistência) / Outros valores = Não (inconsistência)	5.265.115,32

Nota Explicativa:

O valor apresentado de R\$ 5.265.115,32 é referente a diferença dos Investimentos e aplicações Curto e Longo Prazo do exercício atual de R\$ 32.619.144,46 e do exercício anterior de R\$ 27.354.029,14 (Balanço Financeiro). Esse valor também é demonstrado no Fluxo de Caixa nas Atividades de Investimentos do RPPS.

Objetivo: Verificar a consistência do resultado financeiro no Balanço Financeiro

Teste de saldo do resultado financeiro	Valor (R\$)
1. Receita Arrecadada (Balanço Orçamentário)	8.260.996,65
2. Despesas Pagas (Balanço Orçamentário)	2.389.200,69
3. Transferências Financeiras Recebidas + recebimentos Extra orçamentários (Balanço Financeiro)	281.387,75
4. Inscrição de Restos a Pagar (Balanço Financeiro)	6.065,58
5. Transferências Financeiras Concedidas + pagamentos Extra orçamentários (Balanço Financeiro)	829.239,21
6. Variação da disponibilidade decorrente da execução orçamentária (1-2)	5.871.795,96
7. Variação da disponibilidade decorrente da execução extra orçamentária (3-4-5)	-553.917,04
8. Variação do período apurada (6+7)	5.317.878,92
9. Saldo em espécie do exercício anterior (Balanço Financeiro - Exercício atual)	27.471.571,87
10. Saldo em espécie para o exercício seguinte (Balanço Financeiro - Exercício atual)	32.789.450,79
11. Resultado Financeiro apurado no Balanço Financeiro (10-9)	5.317.878,92
12. Resultado (8-11) Confere? 0 = Sim (consistência) / Outros valores = Não (inconsistência)	0,00

9.3. A movimentação e o saldo para o exercício seguinte registrada na conta Restos a Pagar corresponde ao movimento apresentado no Anexo 17- Demonstração da Dívida Flutuante, conforme a seguir:



CONTROLE INTERNO

Conta	Saldo anterior	Inscrições	Baixas	Saldo p/ exercício seguinte
Restos a Pagar	284,25	6.065.58	284,25	6.065.58
Valores restituíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	284,25	6.065.58	284,25	6.065.58

10. DO BALANÇO PATRIMONIAL

10.1. O Balanço Patrimonial do exercício está assim representado:

TÍTULOS	VALORES EM R\$ 2022	VALORES EM R\$ 2021
ATIVO CIRCULANTE	32.808.894,15	27.471.571,87
Caixa e Equivalente de Caixa	170.443,36	117.542,73
Vinculado		
Créditos Tributários a Receber	19.443,36	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias CP	32.619.144,46	27.354.029,14
Estoques	0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	22.639,30	27.871,90
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias LP	0,00	0,00
Imobilizado	22.639,30	27.871,90
Bens Móveis	40.774,98	40.774,98
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização	-18.135,68	-12.903,08
Bens Imóveis	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	170.306,33	117.542,73
ATIVO PERMANENTE	32.661.227,12	27.381.901,07
TOTAL DO ATIVO	32.831.533,45	27.499.443,77
PASSIVO CIRCULANTE	0,00	0,00
Restos a Pagar	0,00	0,00
Depósitos		
Serviços da Dívida a Pagar		
Outras		
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	46.877.903,33	63.176.618,75



CONTROLE INTERNO

Reserva Matemática	46.877.903,33	63.176.618,75
TOTAL DO PASSIVO	46.877.903,33	63.176.618,75
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.747,00	-1.747,00
Resultados Acumulados	-14.044.622,88	-35.675.427,98
Resultado do Exercício	21.630.805,10	-11.327.953,34
Resultado de Exercícios Anteriores	-35.675.427,98	-24.347.474,64
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	-35.677.174,98	-35.677.174,98
TOTAL	27.499.443,77	27.499.443,77
PASSIVO FINANCEIRO	6.065,58	284,25
PASSIVO PERMANENTE	46.877.903,33	63.176.618,75
SALDO PATRIMONIAL	-14.052.435,46	-35.677.459,23
COMPENSAÇÕES	0,00	0,00

Objetivo: Verificar a consistência entre o Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e o Balanço Patrimonial.

Teste de saldo do Ativo e Passivo Financeiro e Permanente	Valor
1. Ativo Financeiro (Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes)	170.306,33
2. Ativo Permanente (Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes)	32.661.227,12
3. Ativo Total de acordo com a Lei nº 4.320/1964 (1+2)	32.831.533,45
4. Ativo Circulante (Balanço Patrimonial - Quadro Principal)	32.808.894,15
5. Ativo Não Circulante (Balanço Patrimonial - Quadro Principal)	22.639,30
6. Ativo Total de acordo com o MCASP (4+5)	32.831.533,45
7. Resultado (3-6) Confere? 0 = Sim / Outros valores = Não (inconsistência)	0,00
8. Passivo Financeiro (Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes)	6.065,58
9. Passivo Permanente (Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes)	46.877.903,33
10. Passivo Total de acordo com a Lei nº 4.320/1964 (8+9)	46.883.968,91
11. Passivo Circulante (Balanço Patrimonial - Quadro Principal)	0,00
12. Passivo Não Circulante (Balanço Patrimonial - Quadro Principal)	46.877.903,33
13. Restos a Pagar Não Processados (Coluna "f" do Anexo 1 - Balanço Orçamentário)	0,00
14. Restos a Pagar Não Processados inscritos no exercício (Balanço Financeiro)	6.065,58
15. Passivo Total de acordo com o MCASP ajustado em razão dos RP não processados (11+12+13+14)	46.883.968,91
16. Resultado (10-15) Confere? 0 = Sim / Outros valores = Não (inconsistência)	0,00

10.2. De acordo com a Demonstração das Variações Patrimoniais, as contas que compõem o Ativo Permanente tiveram a seguinte movimentação:

CONTAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		RESULTANTE EXEC.	INDEPEND. EXEC.	RESULTANTE EXEC.	INDEPEND. EXEC.	



CONTROLE INTERNO

1.1.2.1. CREDITOS TRIBUTARIOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	5.016.663,37	4.997.220,01	0,00	19.443,36
1.1.4. INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	27.354.029,14	0,00	31.002.848,55	0,00	25.737.733,23	32.619.144,46
1.1.5.0.0.0. ESTOQUES	0,00	3.282,75	0,00	0,00	3.282,75	0,00
1.2.3.1.0.0. BENS MOVEIS	40.774,98	0,00	0,00	0,00	0,00	40.774,98
1.2.3.8.1.01. (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	-12.903,08	0,00	-5.232,60	0,00	0,00	-18.135,68
TOTAL GERAL	27.381.901,04	3.282,75	36.014.279,32	4.997.220,01	25.741.015,98	32.661.227,12

10.3. – Quanto à Dívida Fundada Interna, houve a seguinte movimentação no exercício:

Saldo anterior	R\$	0,00
Inscrições	R\$	0,00
Baixas	R\$	0,00
Saldo p/ exercício seguinte	R\$	0,00

10.4. – O saldo acima evidenciado corresponde ao valor registrado no Balanço Patrimonial com a correta movimentação na Demonstração da Dívida Interna – Anexo 16.

11. DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

11.1. - As alterações ocorridas no Patrimônio deste Instituto de Previdência, resultantes ou independentes da execução orçamentária, apresentam o seguinte resultado:

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		83.696.267,02	5.060.917,12
CONTRIBUIÇÕES		5.297.647,06	3.832.340,43
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		5.297.647,06	3.832.340,43
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		2.982.792,95	1.228.576,69
JUROS E ENCARGOS DE MORA		57.609,47	33,83
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		2.925.183,48	1.228.542,86
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		75.415.827,01	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		75.415.827,01	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		62.065.461,92	16.388.870,46
PESSOAL E ENCARGOS		122.648,61	125.329,73
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		108.042,76	100.675,47
ENCARGOS PATRONAIS		14.605,85	13.945,52
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		0,00	10.708,74
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		2.076.205,40	1.146.946,26
APOSENTADORIAS E REFORMAS		1.905.577,57	1.042.875,50



CONTROLE INTERNO

PENSÕES	170.627,83	104.070,76
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	195.863,53	198.352,31
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	3.282,75	3.843,67
SERVIÇOS	187.348,18	192.685,60
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	5.232,60	1.823,04
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	48.929,99
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00	48.929,99
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	553.632,79	999.194,90
REAValiação, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDA	553.632,79	999.194,90
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	59.117.111,59	13.870.117,27
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	59.117.111,59	13.870.117,27
Resultado Patrimonial Do Período	21.630.805,10	-11.327.953,34
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	20.509,92
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00

Objetivo: Verificar a consistência do Resultado Patrimonial apurado na DVP

Teste de saldo do Resultado Patrimonial	Valor
1. Variação Patrimonial Aumentativa (DVP)	83.696.267,02
2. Variação Patrimonial Diminutiva (DVP)	62.065.461,92
3. Resultado Patrimonial apurado no período (1-2)	21.630.805,10
4. Resultado evidenciado na DVP	21.630.805,10
5. Resultado (3-4) Confere? 0 = Sim / Outros valores = Não (inconsistência)	0,00
6. Conta - Superávit ou Déficit acumulados do exercício anterior (Balanço Patrimonial)	-35.675.427,98
7. Ajustes de exercícios anteriores (Balanço Patrimonial)	0,00
8. Superávits ou Déficits Acumulados apurado no período (3+6+7)	-14.044.622,88
9. Superávits ou Déficits Acumulados demonstrado no Balanço Patrimonial	-14.044.622,88
10. Resultado (8-9) Confere? 0 = Sim / Outros valores = Não (inconsistência)	0,00

11.2. O Saldo Patrimonial (Saldo de Exercícios Anteriores), a contabilidade encontrou o valor de R\$ (35.675.427,98), acrescido do resultado do exercício de 2022, (SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO) no montante de R\$ 21.630.805,10, evidencia o novo Saldo Patrimonial Resultados Acumulados de R\$ (14.044.622,88), corretamente demonstrado no Balanço Patrimonial do exercício de 2022.

12 – DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERACIONAIS</u>	Exercício Atual	Exercício Anterior
INGRESSOS	8.260.996,65	5.234.523,13
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	8.260.996,65	5.234.523,13



CONTROLE INTERNO

TRANSF. CORRENTES RECEBIDAS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	2.943.117,73	2.516.930,15
PESSOAL E OUTRAS DESP. CORRENTES POR FUNÇÃO	2.943.117,73	2.516.930,15
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERACIONAIS	5.317.878,92	2.717.592,98
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
DESEMBOLSOS	5.265.115,32	2.726.215,98
AQUISIÇÃO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	20.509,92
INVESTIMENTOS EM APLICAÇÕES RPPS	5.265.115,32	2.705.706,06
FLUXOS DE CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-5.265.115,32	-2.726.215,98
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</u>		
FLUXOS DE CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
<u>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERIODO</u>		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	52.763,60	-8.623,00
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	117.542,73	126.165,73
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	170.306,33	117.542,73

12.1. A Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício está assim representada:

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

12.2. A movimentação registrada corresponde ao movimento apresentado no Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Objetivo: Verificar a consistência da Demonstração de Fluxo de Caixa

Teste de saldo da Demonstração do Fluxo de Caixa	Valor (R\$)
1. Receita Arrecadada (Balanço Orçamentário)	8.260.996,65
2. Despesas Pagas (Balanço Orçamentário)	2.389.200,69
3. Transferências Financeiras Recebidas + recebimentos extra orçamentários (Balanço Financeiro)	281.387,75
4. Inscrição de Restos a Pagar (Balanço Financeiro)	6.065,58
5. Transferências Financeiras Concedidas + pagamentos Extra orçamentários (Balanço Financeiro)	829.239,21



CONTROLE INTERNO

6. Variação da disponibilidade decorrente da execução orçamentária (1-2)	5.871.795,96
7. Variação da disponibilidade decorrente da execução extra orçamentária (3-4-5)	-553.917,04
8. Variação do período (6+7)	5.317.878,92
9. Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (DFC)	52.763,60
10. Resultado (8-9) Confere? 0 = Sim (consistência) / Outros valores = Não (inconsistência)	5.265.115,32
11. Caixa e Equivalente de Caixa Inicial (Balanço Patrimonial)	117.542,73
12. Caixa e Equivalente de Caixa Inicial (DFC)	117.542,73
13. Resultado (11-12) Confere? 0 = Sim (consistência) / Outros valores = Não (inconsistência)	0,00
14. Caixa e Equivalente de Caixa Final (Balanço Patrimonial)	170.306,33
15. Caixa e Equivalente de Caixa Final (DFC)	170.306,33
16. Resultado (14-15) Confere? 0 = Sim (consistência) / Outros valores = Não (inconsistência)	0,00

Nota Explicativa:

O valor apresentado de R\$ 5.265.115,32 é referente a diferença dos Investimentos e aplicações Curto e Longo Prazo do exercício atual de R\$ 32.619.144,46 e do exercício anterior de R\$ 27.354.029,14 (Balanço Financeiro). Esse valor também é demonstrado no Fluxo de Caixa nas Atividades de Investimentos do RPPS

13. FALHAS E/OU ILEGALIDADES CONSTATADAS.

131. Nos procedimentos de fiscalização interna foram usados os meios legais, possíveis e razoáveis para suportar nossas conclusões sobre adequabilidade e/ou adequabilidade dos atos da Administração Pública.

13.2- Assim, durante o exercício financeiro de 2022, esta Unidade de Controle Interno não constatou falhas que possam comprometer a prestação de contas.

14. DAS RECOMENDAÇÕES DO TCE:

14.1- *Recomendações referentes ao processo 01597/19/TCE-RO do ACÓRDÃO AC1-TC 00631/21 (DOCUMENTO ID 1115355 que trata da prestação de contas exercício 2018 do Instituto de Previdência de Rolim de Moura) e Ofício circular encaminhado a este Instituto de Previdência IPMS sob o nº 0002/2021-D1ªC-SPJ.*

Constitucional. Previdenciário Aposentadoria. Servidor público.

Trabalho prestado sob condições especiais. Ausência de documento

Comprobatórios das atividades exercidas sob condições especiais

Prejudiciais à saúde ou a integridade física. Determinação.



CONTROLE INTERNO

III – no caso de Servidor que exerce atividades sob condições especiais prejudiciais

A saúde ou a integridade física.

- a) Decisão proferida pelo STF em mandado de injunção, acompanhada de certidão de trânsito em julgado, se a aposentadoria foi concedida em momento anterior ao da Publicação da Sumula Vinculante n. 33;*
- b) Formulário de informações sobre atividades exercidas em condições especiais, emitido pelo órgão ou entidade responsável pelos assentados funcionais do servidor público, de acordo com o modelo instituído para o RGPS (Perfil profissiográfico previdenciário – PPP);*
- c) Laudo técnico de condições ambientais do trabalho (LTCAT), expedido por médico do trabalho, por engenheiro de segurança do trabalho ou por terceiro com comprovada habilitação técnica, os quais deverão, de preferência, integrar o quadro funcional da administração Pública, ressaltando o disposto no 2º do art. 9º da Instrução Normativa MPS/SPPS nº 1, de 22 de julho de 2010, e alterações posteriores;*
- a) Ratificação do LTCAT por responsável técnico (Médico do Trabalho, engenheiro de segurança do trabalho ou terceiro com comprovada habilitação técnica). Na hipótese prevista no 3º do art. 9º da Instrução Normativa MPS/SPPS nº 1, de 2010, e alterações posteriores.*

A prestação de Contas do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Seringueiras – IPMS, referente ao exercício de 2018. Com fundamento na Lei Complementar Estadual nº 154/1996, art. 16, inciso I c/c art. 23, parágrafo único, do Regime interno, em virtude da inexistência de irregularidade.

Este Tribunal formulou determinações e recomendações aos órgãos e entidades responsáveis pela execução das despesas Públicas, buscando assegurar a observância aos Princípios da legalidade, eficiência, legitimidade, economicidade e da continuidade dos serviços na gestão Pública.

- (1) ACORDAO AC1-TC 00906/19, ITEM III – PROCESSO Nº. 1393/18: DETERMINAÇÃO PARA QUE O PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, SEJA APRESENTADO ESTUDOS DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE EQUACIONAMENTO ATUARIAL E DA ALIQUOTA ESCALONADA, DE FORMA QUE SUBSIDIE A TRAJETÓRIA DE AJUSTES PARA MITIGAR O DEFICIT ATUARIAL, ACOMPANHADO DE DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA INCLUSIVE DOS IMPACTOS NOS LIMITES DE GASTOS IMPOSTOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 E CONSTATANDO DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS E NO ESTABELECIMENTO DO PLANO DE CUSTEIO, OS PARÂMETROS TÉCNICOS – ATUARIAIS PREVISTOS NA PORTARIA Nº 464, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018, PARA ASSEGURAR A TRANSPARENCIA, SOLVÊNCIA, LIQUIDEZ E A OBSERVAÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL PREVISTO NO ART. 40**
- (2) ACORDAO AC1-TC 00906/19, item V – PROCESSO Nº 1393/18: DETERMINAÇÕES PARA QUE O CONTROLE INTERNO DO INSTITUTO ATUEM COM MAIOR EFETIVIDADE, EXECUTANDO FISCALIZAÇÕES E OUTRAS ROTINAS ADEQUADAS E SUFICIENTES PARA GARANTIR O ALCANCE DOS OBJETIVOS E ADEQUADA PRESTAÇÃO DE CONTAS, ESTABELECENDO COMO META MÍNIMA O ATINGIMENTO DO PRIMEIRO NÍVEL DO MANUAL DO PRO – GESTÃO RPPS (PORTARIA MPS Nº 185/2015). EXIGÊNCIA ESSA QUE ESTÁ EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NA DECISÃO NORMATIVA Nº 002/16TCERO E COM AS DIRETRIZES DO MENCIONADO MANUAL TÉCNICO, PARA ISSO, DEVERÁ ESTABELECER UM PLANO DE FISCALIZAÇÕES, PASSANDO A EXECUTÁ-LO**



CONTROLE INTERNO

DURANTE O EXERCÍCIO SEGUINTE E, AO FINAL DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS, PASSE A REGISTRAR OS RESULTADOS ALCANÇADOS PELA UNIDADE GESTORA E OS POSSÍVEIS ACHADOS NO RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA.

II- Determine ao controle interno do instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Seringueiras – IPMS Que afim de contribuir com melhorias na gestão do órgão a unidade de controle Interno do RPPS, que inclua no escopo do trabalho inspeção/ auditoria/testes/exames que permitam Verificar a conformidade da gestão Previdenciária, em especial, repasse das contribuições, Pagamentos de parcelamentos, utilização dos recursos para pagamento de benefícios e custear A taxa administrativa, gestão dos investimentos e transparência.

III – Determinar a atual Gestora do IPMS, a Prestação de contas Ou quem vier a substituí-las nos seguintes cargos, a apresentação em tópico Específico no relatório circunstancia da prestação de contas de 2020. As medidas adotadas para o cumprimento das determinações da Corte De Contas, identificando as que foram cumpridas total ou parcialmente e No caso de não cumprimento, sobretudo as expressas nas decisões: Acórdão ACI-TC 00906/19 do Processo n. 1393/18 itens III e V bem como acórdão AC2-TC 00535/19 do Processo n. 1393/18 – item V, declinando os motivos de fato e de direito que justifique o não cumprimento (quando for o caso), sob pena, caso não observância das determinações exaradas por este Tribunal de Contas, de incidir em pena pecuniária prevista no art. 55,IV, da Lei complementar Estadual n.154/1996.

- (1) Jugar Regular - A prestação de Contas do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Seringueiras – IPMS.*
- (2) Determinar ao Controle interno do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Seringueiras IPMS, ou quem vier a lhe substituir que afim de contribuir com Melhorias na gestão do órgão a inspeção/áudio/testes/exames que permitem verificar a conformidade da gestão previdenciária, em especial, repasse das contribuições, pagamentos de parcelamentos, utilização dos recursos para pagamentos de benefícios e custear a taxa administrativa, gestão dos investimentos e transparência.*
- (3) Determinar a atual Gestora do IPMS ou por ventura quem venha substituí-las nos cargos atuais a apresentação em tópicos específicos no relatório circunstanciando da Prestação de contas do exercício de 2020, as medidas adotadas para o cumprimento das determinações da Corte de Contas, identificando as que foram cumpridas total ou parcialmente.*
- (4) Determinar a Sr.^a gestora atual do Instituto ou quem venha substituí lá nos efetivos cargos, que adotem providencias para reverter a situação atuarial deficitária da Autarquia Previdenciária Municipal e, conforme sugerido no Relatório de Avaliação atuarial – Exercício 2018.*
- (5) Alertar a atual gestora do IPMS ou quem venha substituí-las nos cargos acerca da Possibilidade deste Tribunal emitir opinião adversa sobre a Prestação de Contas da Unidade dos Próximos exercícios, caso as determinações contidas no item II e III, expedida a seguir, com vistas a Melhoria dos Procedimentos de Accountability.*



CONTROLE INTERNO

*I - Visando subsidiar atividades de Fiscalização e controle no âmbito desta Corte de Contas Estadual, que tramita nos autos do **Processo PCe n. 506/2022/TCE_RO [1]** que trata de **Aposentadoria Especial do Segurado...***

(ANTONIA NUNES DE OLIVEIRA)

(Formulário de informações sobre atividades exercidas em condições especiais, emitido pelo órgão ou entidade responsável pelos assentamentos funcionais do Servidor público, de acordo com o modelo instituído para o RGPS (perfil profissional previdenciário PPP);

Lauda Tec. De Condições ambientais do Trabalho (LTCAT), expedido por medico do trabalho, por engenheiros de Segurança do Trabalho ou terceiro com comprovação técnica;

*II - Visando subsidiar atividades de Fiscalização e controle no âmbito desta Corte de Contas Estadual, que tramita nos autos do **Processo PCe n. 517/2022/TCE_RO [1]** conforme **ofício nº 325/2022/SGCE/TCERO** que trata Se de Aposentadoria Especial do Segurado, Srº*

(VALDIMIRO FERREIRA DA SILVA)

Lauda tec. De condições ambientais do trabalho (LTCAT), expedido por Medico por medico do trabalho, por engenheiro de segurança do trabalho ou terceiro com comprovação técnica;

Ratificação do LTCAT por responsável técnico, na hipótese prevista no 3º do art. 9º da Instrução Normativa MPS/SPPS Nº 1, de 2020, e alterações posteriores;

*III- Visando subsidiar atividades de Fiscalização e controle no âmbito desta Corte de Contas Estadual, que tramita nos autos do **Processo PCe n. 510/2022/TCE-RO [1]** conforme **ofício nº 324/2022/TCERO** que trata Se de Aposentadoria Especial da Segurada Srª.*

(MARIA FRANCINEIDE MACHADO DA SILVA)

*IV- Visando subsidiar atividades de Fiscalização e controle no âmbito desta Corte de Contas Estadual, que tramita nos autos do **Processo PCe n. 00505/22-TCE-RO conforme ofício nº 036/2022-D1°C-SPJ Decisão democrática nº 0358/2022-GABFJFS** que se trata Se de Aposentadoria Especial Srº*

(ALCIDES GONÇALVES DA SILVA)

*V- Visando subsidiar atividades de Fiscalização e controle no âmbito desta Corte de Contas Estadual, que tramita nos autos do **Processo PCe n. 00505/22-TCE-RO conforme ofício nº 036/2022-D1°C-SPJ Decisão democrática nº 0358/2022-GABFJFS** que se trata Se de Aposentadoria Voluntaria Especial da Srª*

(ROSIMEIRI LARRANIAGA)



CONTROLE INTERNO

VI- Visando subsidiar atividades de Fiscalização e controle no âmbito desta Corte de Contas Estadual, que tramita nos autos do **Processo PCe n. 0507/2022-TCE-RO conforme ofício nº 0386/2022-D1°C-SPJ Decisão democrática Decisão Monocrática nº 0167/2022-GABOPD** que se trata Se de Aposentadoria Voluntaria Especial da Srª

(LAUDECI ALVES CAPICHI)

VII- Visando subsidiar atividades de Fiscalização e controle no âmbito desta Corte de Contas Estadual, que tramita nos autos do **Processo PCE n. 00511/22TCE-RO conforme ofício nº 0387/2022-D1°C-SPJ Decisão democrática Decisão Monocrática nº 0168/2022-GABOPD** que se trata Se de Aposentadoria Voluntaria Especial Srª

(MARTA AMIM TEIXEIRA)

VLL-Visando subsidiar atividades de Fiscalização e controle no âmbito desta Corte de Contas Estadual, que tramita nos autos do **Processo PCe nº 00512/22TCE-RO conforme ofício nº 0396/2022-D1°C-SPJ Decisão democrática Decisão Monocrática nº 203/2022-GABOPD** que se trata Se de Aposentadoria Voluntaria Especial Srª

(REGINA MARIA DE OLIVEIRA)

Resposta; Cumpriu a determinação, gastou 1,99% sendo R\$ 355.018,22 da base de cálculo de R\$ 16.856.00,28.

*Posteriores Parágrafo Único. O servidor de que trata este art.
Que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntaria,
E que opte por permanecer em atividade fara jus a um abono de
Permanência equivalente ao valor da sua contribuição
Previdenciária até complementar as exigências para aposentadoria
Compulsória contida no artigo 15.*

15. CONCLUSÃO.

Concluimos o presente relatório, entendemos que de forma geral este Órgão, tem cumprido com a legislação vigente, em especial as normas legais quanto à execução orçamentária, patrimonial, licitações e contratos



CONTROLE INTERNO

administrativos, diante do exposto opinamos pela regularidade e aprovação da Prestação de Contas do financeiro de 2022.

Seringueiras - RO, 20 de março de 2023

É O RELATÓRIO.

**SARAH DOMINGOS DOS SANTOS
CONTROLADORA INTERNA**



CONTROLE INTERNO

CERTIFICADO DE CONTROLE INTERNO

**INTERESSADO: INST. DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DE SERINGUEIRAS – IPMS.**

**ASSUNTO: RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
EXERCÍCIO 2022 RESPONSÁVEL: JERRIANE PEREIRA
SALGADO.**

Procedemos aos exames julgados necessários referentes à Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2022, nos atos de gestão, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Seringueiras/RO em análise as peças que compõem a Prestação de Contas, verificamos não houve falhas, com isso essa Unidade de Controle Interno avalia que no contexto geral houve a aplicação das normas legais.

Dessa forma, consideramos que nos exames efetuados na “Prestação de Contas do Exercício em referência a Unidade de Controle Interno” não foram evidenciadas impropriedades que comprometam a probidade do Ordenador de Despesa e demais responsáveis, somos favoráveis pela regularidade das contas da Prestação de Contas do Exercício de 2022.

Seringueiras - RO, 20 de março de 2023.

**SARAH DOMINGOS DOS SANTOS
CONTROLADORA INTERNA**



CONTROLE INTERNO

PARECER DA UNIDADE DO CONTROLE INTERNO

**INTERESSADO: INST. DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DE SERINGUEIRAS – IPMS.**

**ASSUNTO: RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
EXERCÍCIO 2022**

RESPONSÁVEL: JERRIANE PEREIRA SALGADO.

Este Relatório da unidade de Controle Interno da Prestação de Contas do Exercício de 2022, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Seringueiras/RO, certifica que o mesmo contém as peças básicas e informações exigidas na Instrução Normativa nº. 013/2004, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

A análise das peças que compõem a Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2022 foi efetuada na Unidade de Controle Interno, sendo necessários para certificar a regularidade das presentes contas, os exames nas peças das demonstrações financeiras e relatórios complementares, na extensão julgada necessária, conforme já relatado neste relatório da Unidade de Controle Interno.

Desse modo, com base nos exames e informações da Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2022, **somos de parecer favorável** que o Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Seringueiras/RO, alcançou os objetivos que propôs, com economia, eficiência e eficácia, no cumprimento dos limites constitucionais, pelo que somos pela regularidade das presentes contas.

Seringueiras - RO, 20 de março de 2023.

**SARAH DOMINGOS DOS SANTOS
CONTROLADORA INTERNA**



CONTROLE INTERNO

RELATORIO CONTROLE INTERNO **PRONUNCIAMENTO DA AUTORIDADE SUPERIOR**

Em atendimento a Instrução Normativa Nº 13/2004 e Lei Complementar 154/96 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, atesto ter tomado conhecimento do Relatório da Unidade de Controle Interno, do **exercício 2022**, que vai acompanhado do Parecer, além dos documentos pertinentes.

Publique-se na forma da Lei.

Encaminhe-se o Relatório do Controle Interno ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, juntamente com o Parecer de Auditoria.

Seringueiras - RO, 24 de março de 2023.

(JERRIANE PEREIRA SALGADO)
DIRETORA EXECUTIVA DO IPMS